



REEQUILÍBRIO

dos Contratos Administrativos

Reajuste, repactuação e revisão contratual

PROPOSTA COMERCIAL

CISREC - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E
DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
DO CALCÁRIO



CURSO
PRESENCIAL

Reequilíbrio dos Contratos Administrativos



Dias **14 e 15 de abril** de 2026
Das **08 às 17h**



Carga horária: **16 horas**





CURSO
PRESENCIAL

Reequilíbrio dos Contratos Administrativos

- ✓ Aulas ao vivo e gravadas, com gravação para acesso posterior
- ✓ Abordagem prática
- ✓ Material teórico complementar
- ✓ Certificado individual
- ✓ Aulas com grandes professores

Obs.: As aulas serão disponibilizadas em até 20 dias da data do curso.





CURSO
PRESENCIAL

Reequilíbrio dos Contratos Administrativos

Objetivo do curso:

Capacitar os participantes a compreender e aplicar os mecanismos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro em contratos administrativos, analisando os pressupostos, os critérios e os procedimentos jurídicos para reajuste, repactuação e revisão contratual à luz da legislação e da jurisprudência, incluindo temas complexos como obras públicas e questões específicas.





CURSO
PRESENCIAL

Reequilíbrio dos Contratos Administrativos

Público-alvo:

- Procuradores;
- Advogados;
- Assessores jurídicos;
- Servidores públicos das áreas de licitação, contratos, finanças e controle interno.
- Gestores e fiscais de contratos.
- Advogados e consultores de empresas contratadas pela Administração Pública.





CURSO
PRESENCIAL

REEQUILÍBRIO DOS CONTRATOS
ADMINISTRATIVOS

CONHEÇA NOSSO LOCAL DE ENSINO



@jurisprudencia.tcu

Grupo
CLG



CURSO
PRESENCIAL

REEQUILÍBRIO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

COFFEE-BREAK E NETWORKING



@jurisprudencia.tcu

Grupo
CLG



CURSO
PRESENCIAL

BRINDES E KIT DE SUPORTE



@jurisprudencia.tcu



PROFESSOR:



Bruno Verzani

Procurador do Estado do RJ, Ex-Procurador do Município de Campinas e Ex-Oficial do Quadro Técnico de Direito da Marinha. Foi assessor jurídico da Rede Mário Gatti de Campinas e assessor jurídico da SEEDUC-RJ, e atualmente trabalha na Coordenadoria do Sistema Jurídico da PGE-RJ. Co-autor do livro “Nova Lei de Licitações Anotada e Comparada” e autor dos Ebooks “Nova Lei de Licitações Esquematizada” e “Jurisprudência do TCU por Temas”. Representante da PGE-RJ no Comitê Executivo de regulamentação e implementação da Nova Lei de Licitações no Estado do Rio de Janeiro. Palestrante e Professor na área de Licitações, Contratos e Direito Administrativo. Graduado em Direito pela Universidade Federal Fluminense.

PROFESSORA:



Gabriela Leonardos

Procuradora do Estado do Rio de Janeiro. Pós graduada em Advocacia Pública pela UERJ e em Direito Público pela Universidade Cândido Mendes. Mestranda em Direito da Regulação pela Fundação Getúlio Vargas - FGV Rio. Atuação nas áreas de licitações, contratos e em processos junto aos Tribunais de Contas.

PROFESSORA:



Michelle Vieira

Servidora Pública Federal. Bacharel em Direito. MBA em licitações e contratos. Especialista em Licitações e Contratos. Chefe do Serviço de Gestão de Contratos do INCA/MS. Palestrante. Membro do Rede Govenança Brasil. Coautora de livros na área de licitações e contratos. Perfil no instagram. @gestaodecontratoscontinuados e do podcast @podlicitar.

PROFESSOR:



Marcos Vinicius

Procurador do Município de Niterói, na Chefia da Procuradoria de Licitações e Contratos do Município desde 2018. Membro da banca examinadora de Direito Administrativo no 3º Concurso para Procurador do Município de Niterói e consultor externo do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), onde colaborou com a implementação da Nova Lei de Licitações em outros municípios. Atua também com capacitação de gestores e profissionais do setor público em temas ligados a licitações, contratos e aplicação do Marco Regulatório de Ciência, Tecnologia e Inovação. Ex-analista da PGE/RJ, onde integrou a Assessoria de Licitações e Contratos, é especialista em Direito do Estado e Regulação pela FGV e em Advocacia Pública pela UERJ, graduado em Direito pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Módulo I - Noções Gerais De Reequilíbrio Econômico Nos Contratos Administrativos Noções Introdutórias

1. Conceito de contrato administrativo;
2. Características do contrato administrativo;
3. Cláusulas exorbitantes;
4. Cláusulas obrigatórias do contrato administrativo;
5. Conceito e fundamento legal e constitucional do equilíbrio econômico-financeiro;
6. Teoria da imprevisão;
7. Fato do Príncipe;
8. Fato da Administração;
9. Matriz de Riscos;
10. Mecanismos de recomposição do equilíbrio: reajuste, repactuação e revisão.

Módulo II - Reajuste Contratual

1. O reajuste como instrumento de preservação do equilíbrio econômico-financeiro;
2. A obrigatoriedade do reajuste e a vedação nos contratos de terceirização;
3. Índice do reajuste;
4. Anualidade e marcos temporais: Nova Lei de Licitações e TCU;
5. Formalização, retroatividade e preclusão do pedido de reajuste;
6. Há necessidade de requerimento do contratado para a concessão do reajuste?
7. A inexistência de previsão no contrato enseja a perda do direito ao reajuste?
8. A prorrogação do contrato de serviço contínuo acarreta a preclusão do direito ao reajuste?



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Módulo III - Repactuação

1. Conceito e fundamento legal;
2. Os contratos de serviços terceirizados: a reforma trabalhista; os insumos; o lucro; as despesas indiretas e a manutenção dos percentuais; demais itens; encargos sociais; previdenciários e trabalhistas frente à suspensão da sua exigibilidade;
3. Marcos temporais, formalização, retroatividade e preclusão.
4. Requerimento e análise do pedido de repactuação – Custos e encargos que podem ser ampliados e os que devem ser assumidos pelo contratado.
5. Análise e variação das planilhas de custos;
6. Repactuação nos Estados e Municípios;

Módulo IV - Revisão e Reequilíbrio Contratual

1. Conceito e fundamento legal/constitucional;
2. Pressupostos da revisão do valor do contrato;
3. Alterações tributárias e de encargos legais (art. 134 da Lei no 14.133/2021)
4. Critérios para a revisão do valor contratado;
5. É necessária a previsão de revisão no edital e no contrato?
6. Existe periodicidade mínima para a revisão?
7. Efeitos financeiros da revisão.
8. Procedimento para a revisão e formalização: cuidados que devem ser tomados pelas empresas requerentes e pela Administração Pública na análise; documentos comprobatórios.
9. É possível a concessão da revisão de ofício?
10. A prorrogação do contrato de serviço contínuo acarreta a preclusão do direito à revisão?



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Módulo V – Reequilíbrio e Reajuste Econômico em Obras Públicas

1. Teoria geral do reequilíbrio econômico-financeiro
2. Teoria das áleas
3. Teoria da imprevisão
4. Previsão constitucional do instituto do reequilíbrio
5. Conceito de onerosidade excessiva
6. Alterações unilaterais
7. Alterações por acordo entre as partes
8. Limites de alteração contratual
9. Aditivos de itens novos
10. Jogo de planilhas
11. Reajustes
12. Pedidos de reequilíbrio retroativos
13. Aditivos de prazo



DETALHES DA PROPOSTA:

CONTRATANTE:	CISREC - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO
CONTRATADO:	CLG TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA (doravante denominado Grupo CLG) CNPJ: 46.875.281/0001-27
OBJETO:	REEQUILÍBRIO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

INVESTIMENTO 1º LOTE:

CURSO:	VALOR UNITÁRIO	VALOR PARA 2 ALUNOS (COM 20% DE DESCONTO)
REEQUILÍBRIO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	R\$ 2.500,00	R\$ 4.000,00

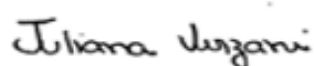
Envio de Nota de Empenho/Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento, com posterior pagamento a conta bancária indicada

Banco: Nubank 260 – Agência: 0001 – Conta Corrente: 12121097-5 – Pix: 46.875.281/0001-27 (CNPJ)

*Validade da proposta: até o dia 13 de abril de 2026.

Em caso de dúvidas, entrar em contato através do Whatsapp: 21-980936347.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2026.



CLG TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA
JULIANA VERZANI LIMA DE ALMEIDA
REPRESENTANTE LEGAL

ESTA PROPOSTA É VÁLIDA ATÉ O DIA 13 DE ABRIL DE 2026 E ESTÁ SUJEITA A DISPONIBILIDADE DE VAGAS.